

EDITAL

Dr.^a Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo:

Torna público, que ao abrigo do artigo 91.º do Decreto-Lei 169/99, com a nova redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que por deliberação da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, de 17 de Setembro de 2009 e da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2009, foi aprovado o Regulamento do Fundo de Apoio de Emergência Social.

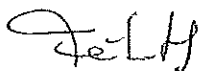
O Presente Regulamento entrará em vigor 15 dias após a publicação deste Edital.

Para os devidos efeitos, publica-se o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Isabel Paula Rufino*, Coordenadora da Repartição Administrativa da Câmara Municipal, o subscrevi.

Paços do Município de Miranda do Corvo, 1 de Outubro de 2009.

A Presidente da Câmara,



Dr.^a Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira

Miranda
do Corvo

REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO FUNDO DE APOIO DE EMERGÊNCIA SOCIAL

A Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, veio transferir para as autarquias locais atribuições relativas à acção social, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, em programas e projectos de acção social de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social.

Malgrado todo o investimento efectuado, quer ao nível da implementação de políticas sociais activas, existem ainda famílias que, no concelho de Miranda do Corvo, se debatem com problemas de carência económica, social e/ou habitacional.

Com esta noção, de que é necessário actuar em favor dos mais vulneráveis, atenuar a pobreza e a exclusão social e garantir o acesso a bens, serviços e recursos, para melhoria da qualidade de vida e coesão social dos cidadãos do concelho, cumprindo uma das muitas atribuições do Concelho, patente no texto da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Município de Miranda do Corvo pretende implementar medidas de apoio a estratos sociais desfavorecidos deste concelho, pelo que se elabora o presente regulamento, que se constitui como instrumento que permitirá a materialização desta intenção.

Nos termos do art.64 da Lei nº 169/99 de 19 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro de 2002, nomeadamente nos termos da alínea c) nº 4 do art. 64 compete à Câmara Municipal " Participar na Prestação de Serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes no regulamento Municipal".

Sendo que compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art. 64.º e da alínea a) do nº2 do artº 53 da Lei 169/99 de 18 na redacção dada pela Lei nº 5 - A/2002 de 11 de Janeiro, "aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa", pelo foi elaborado o seguinte regulamento onde estão definidas as áreas de atribuição, as condições de elegibilidade, compromissos a assumir, bem como a forma de candidatura as varias áreas que corporizam a medida.

Artigo 1º

Âmbito e Objecto

1 - O presente regulamento visa a prestação de apoios, nomeadamente de ordem pecuniária, aos estratos sociais mais desfavorecidos do concelho de Miranda do Corvo, de forma autónoma e/ou em articulação/complementaridade com as restantes Instituições e respostas existentes no terreno.

2 - Para efeitos do número anterior, consideram-se as seguintes áreas de apoio:

- Saúde, habitação, educação, subsistência, deficiência/ incapacidade, apoios pontuais a situações de emergência que não se enquadrem nas restantes áreas de actuação.

Artigo 2º

Titularidade

São titulares do direito à atribuição dos apoios, pessoas ou agregados familiares que se encontrem em comprovada situação de carência económica ou em situação de vulnerabilidade designadamente:

1. Famílias com crianças e jovens a cargo, em situação de risco ou outras;
2. Idosos em risco;
3. Pessoas em situação de dependência e pessoas com deficiência ou doença mental;
4. Famílias sinalizadas por outras instituições, em situação de risco.

Artigo 3º

Definições

1 - Estratos Sociais desfavorecidos ou dependentes - Os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, em relação aos quais se verifiquem as condições estabelecidas no presente regulamento, e cujos rendimentos *per capita*, depois de deduzidas as despesas enunciadas no artigo 4º, não sejam superiores à pensão social do regime não contributivo da segurança social;

2- Agregado familiar: Conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento, afinidade ou outras situações similares, reportando-se à situação de pessoas que vivem em comunhão de mesa e habitação e tenham estabelecido uma vivência em comum de entreaajuda ou partilha de recursos.

3 - Rendimentos - Valor mensal resultante da soma de todos os recursos do agregado familiar, passíveis de tradução em numerário, designadamente dos provenientes de:

- a) Trabalho e bens imobiliários
- b) Pensões;
- c) Prestações complementares e outras;
- d) Subsídio de desemprego;
- e) Subsídio de doença;
- f) bolsas de estudo e de formação;
- g) Indemnizações ou prestações mensais de seguradoras;
- h) Pensão de alimentos de progenitor ou do Fundo de Garantia de Alimentos.

Artigo 4º

Condições de Atribuição

1 - Podem requerer a prestação de apoios, no âmbito deste regulamento, os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos.

2 - A atribuição de apoios depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos e condições:

- a) Residência no concelho de Miranda do Corvo há pelo menos um ano;
- b) Não auferir rendimento *per capita*, apurado no conjunto dos membros do agregado familiar, superior à pensão social do regime não contributivo da segurança social;
- c) Fornecer todos os meios probatórios solicitados no âmbito da instrução do processo, nomeadamente ao nível da avaliação patrimonial, financeira e económica do requerente e restantes membros do agregado, permitindo aos serviços camarários o acesso a todas as informações relevantes e necessárias à cabal apreciação do pedido.

3 - Serão consideradas, excepcionalmente, situações de rendimentos superiores aos previstos na alínea b) do n.º 2 deste artigo, desde que verificadas despesas de saúde avultadas, ou outras devidamente comprovadas, ou ainda se a cargo do agregado familiar se encontrar um indivíduo portador de deficiência, ou indivíduo em situação de dependência que implique para o mesmo um acentuado esforço financeiro.

4 - O cálculo do Rendimento per Capita obedece à aplicação da seguinte fórmula :

$R = (RF - D) / (12 \times N)$, sendo:

R= Rendimento per Capita

RF= Rendimento anual líquido do Agregado Familiar;

D= despesas fixas devidamente comprovadas, nomeadamente:

- a) O valor mensal da despesa com renda de casa ou prestação mensal referente à mensalidade de empréstimo bancária, não devendo ser contabilizado valor superior a 500 €;
- b) Despesas mensais com água, luz, água, telefone, não devendo ser contabilizado valor superior a: Água: Elemento presente: 10 €, Luz: Elemento presente: 15€, Gás: Elemento presente: 14 €. Anualmente os plafonds deverão ser acrescidos da taxa de inflação estabelecida.
- d) Despesas com saúde nomeadamente com a aquisição de medicamentos e/ou outros tratamentos de uso continuado, desde que por indicação médica;
- e) Transportes, considerar despesa com transportes públicos para:
 - 1. Trabalho - considerar passe social nas situações em que não haja transportes públicos ou quando estes não cubram os horários de trabalho;
 - 2. Escola - contemplar o passe social a partir do 10º ano;
 - 3. Situações de doença que exijam deslocações frequentes para tratamento - considerar passe social ou bilhete diário de ida e volta.
- f) Frequência de equipamento de infância ou ama legalizada não devendo ser considerado valor superior a cem euros por agregado.
- g) Frequência de lar de idosos não devendo ser considerado valor superior ao Salário Mínimo Nacional por agregado,
- h) Frequência de equipamentos para a deficiência - considerar a despesa mensal.
- 5) Na determinação dos recursos do requerente, serão ainda tidos em consideração, mediante situação apresentada, os rendimentos dos familiares directos de grau ascendente ou descendente.

Artigo 5º

Tipologia de Apoios

As prestações pecuniárias de carácter eventual, em condições de excepionalidade são casuísticas e temporárias, dirigidas aos indivíduos e famílias em situação de carência.

O apoio a prestar aos agregados familiares que se encontrem numa situação de vulnerabilidade económica será pontual. As prestações pecuniárias de carácter eventual têm os seguintes campos de aplicação: calamidades (incêndios, inundações, etc.); eventualidades (doença, invalidez, ruptura familiar, etc.); situações de carência estrutural (Desemprego, insuficiência Económica, problemas habitacionais, etc.), designadamente:

- 1- Apoio pontual no pagamento de atrasos nas mensalidades de creches/jardins-de-infância ou refeições escolares.
- 2- Apoio pontual no pagamento de renda de casa, luz, gás.
- 3- Apoio pontual na aquisição de géneros alimentares;

- 4- Apoio pontual no acesso a tratamento médico;
- 6- Apoio pontual à recuperação habitacional, através da atribuição de materiais para obras de beneficiação e pequenas reparações, quando as habitações tenham comprometidas as condições mínimas de habitabilidade.
- 7- Apoio pontual no pagamento de custas, em processo de ligação domiciliar de água, incluindo a ligação do contador, quando a melhoria habitacional passe por dotar a habitação desta infra-estrutura.
- 8- Apoio pontual no pagamento de custas em pedido de prolongamento de conduta, no caso da ligação da água exigir este tipo de acção.
- 9- Apoio pontual no pagamento de custas em pedido de ligação ao saneamento, nas situações em que se mostre imprescindível de forma a garantir as condições de salubridade mínimas.
- 10- Outras situações consideradas relevantes, analisadas de acordo com a especificidade da situação apresentada pelo munícipe.

Artigo 6º

Valor das Atribuições

O valor das atribuições será variável de acordo com a situação económica do agregado familiar, assumindo a modalidade de apoio único.

Artigo 7º

Fundo de Maneio

Para fazer face às situações em que é necessário uma intervenção imediata, constitui-se um Fundo de Maneio no valor de 300 euros.

Artigo 8º

Instrução do Processo

- 1- Os munícipes interessados e que se encontrem nas condições previstas nos artigos 3º e 4º, deverão dirigir-se ao Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal, para abertura do processo de Acção Social, e posterior análise técnica.
- 3- Para análise do processo deverão ser apresentados os seguintes documentos, bem como todos aqueles que mediante a especificidade do caso, os serviços entendam ser conveniente solicitar:
 - a) Formulário de candidatura, fornecido pelos serviços camarários, devidamente preenchido;
 - b) Declaração do requerente sob compromisso de honra, da veracidade das informações prestadas ao longo do processo.

- c) Atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia da área de residência, comprovando que o requerente reside no Concelho de Miranda do Corvo há pelo menos um ano;
- d) Fotocópia do Bilhete de Identidade e/ou Cédula pessoal do requerente e de todos os membros do agregado familiar;
- c) Fotocópia do cartão de contribuinte e de beneficiário do requerente e dos restantes elementos do agregado familiar;
- d) Contrato de arrendamento e/ou recibo da renda de casa;
- e) Declaração da instituição bancária, ou documento similar comprovativa da amortização de capital e juros de crédito contratado para aquisição, construção, ou obras em habitação própria permanente;
- f) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar do requerente nomeadamente:
 - f.1) Última declaração de rendimentos anual (IRS)
 - f.2) Fotocópia do último recibo de pensão, dos elementos que se encontrem nessa situação; subsidio de desemprego ou subsidio social de desemprego.
 - f.3) Declaração do rendimento social de inserção, se for o caso, onde conste a composição do agregado familiar e o valor da pensão;
 - f.4) Outros documentos necessários à cabal análise da candidatura, relativos à área específica da mesma.
- g) Sempre que haja fundadas duvidas sobre os rendimentos efectivamente auferidos pelos agregados familiares ou sobre a veracidade das declarações de rendimentos assim como sinais exteriores de riqueza dos requerentes ou familiares directos (de grau ascendente ou descendente) com responsabilidade no apoio económico do requerente, serão feitas as diligencias complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, corrigindo o usufruto indevido do direito a beneficiar do Fundo de Apoio de Emergência Social.

Artigo 9º

Análise do Processo

- 1 - A análise do processo de candidatura cabe aos serviços de Acção Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, que elaborará processo individual e relatório social sobre o agregado familiar com respectiva proposta de apoio.
- 2 - O diagnóstico elaborado pelos serviços de acção social deverá ter por base, quer a análise documental realizada, quer entrevista ao requerente ou outros elementos do agregado familiar.

3 - O diagnóstico social poderá, sempre que necessário à cabal análise do processo, ser complementado com visita domiciliária ou outras diligências que se entendam indispensáveis à confirmação dos dados fornecidos pelo requerente e ao complemento da informação/relatório social.

Artigo 10º

Indeferimento Liminar

Sempre que, das declarações constantes do formulário e dos documentos probatórios apresentados, se possa concluir, objectivamente, pela inexistência do direito ao apoio, deve ser elaborada informação para despacho, da qual conste a proposta de indeferimento.

Artigo 11º

Apoios com Carácter de Emergência

1- Em situações com carácter de emergência, poderão ser prestados apoios pontuais, definidos e aprovados pelo órgão executivo ou por quem este delegar, mediante informação social devidamente fundamentada e comprovada pelos serviços sociais da autarquia.

2 - Nas situações pontuais de calamidade, resultantes de incêndio, temporal ou outras, a Câmara Municipal articular-se-á, através do Serviço Municipal de Protecção Civil, com entidades competentes no sentido de prestar o apoio necessário.

Artigo 12º

Verificação da Execução do Regulamento

A entidade com competência para fiscalizar o cumprimento das normas constantes no presente regulamento é a Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Artigo 13º

Restituição de Apoios Indevidos

1 - Deverão ser restituídos todos os apoios atribuídos indevidamente, com base neste regulamento, considerando como tal os apoios concedidos com base em falsas declarações e/ou na omissão de informações exigidas.

2 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a prestação de falsas declarações ou a omissão de informações determina o impedimento de acesso a apoios futuros.

Artigo 14º

Omissões

As omissões do presente regulamentos serão supridas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 15º

Entrada em vigor

O presente regulamento terá que ser aprovado em sessão de Câmara e Assembleia Municipal e entrará em vigor 15 dias após a sua publicação em Diário da Republica ou em Edital.